

MEIO AMBIENTE

Contra pulverização de agrotóxicos, entidades realizam ato no Rio Grande do Sul

Organizações querem prorrogação da proibição da prática; atividade é parte do Dia Mundial de Luta contra os Agrotóxicos

Redação*

Brasil de Fato | São Paulo (SP), 01 de Dezembro de 2016 às 16:10



Movimentos populares e entidades que formam o Comitê Gaúcho da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida e a Frente Parlamentar em Defesa da Alimentação Saudável realizam, nesta sexta-feira (2), a atividade “Abraço ao Rio Gravataí”, na região Metropolitana de Porto Alegre (RS). A ação faz parte das atividades que marcam o Dia Mundial de Luta contra os Agrotóxicos, celebrado neste sábado (3).

Segundo os organizadores, o objetivo do ato é chamar atenção para a Área de Preservação Ambiental (APA) Banhado Grande, criada em 1988 e que ocupa dois terços da bacia hidrográfica do Rio Gravataí. Os movimentos populares pedem a prorrogação da medida que veta a pulverização de agrotóxicos em parte da área.

Em agosto, um acordo estabelecido entre a Promotoria Regional Ambiental da Bacia Hidrográfica do Gravataí, Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e entidades representativas de produtores de arroz estabeleceu a proibição da pulverização por um período de dois anos de parte da APA Banhado Grande.

A decisão seguiu a recomendação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS), devido ao acúmulo de problemas causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos em lavouras próximas. “A medida ocorre principalmente em função da deriva, que é quando o agrotóxico pulverizado por avião não atinge o local específico e provoca danos em lavouras vizinhas”, explica o promotor de justiça Eduardo Coral Viegas, responsável pela recomendação.

Para Salete Carollo, assentada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a proibição na área é uma conquista e pode se tornar referência para todo o estado. “Isso vai impactar diretamente na melhoria da produção orgânica dos assentamentos e gerar benefícios aos consumidores”, disse.

Já o deputado estadual Edegar Pretto (PT), coordenador da Frente Parlamentar da Alimentação Saudável e autor do Projeto de Lei ([PL](#) 263/2014, que proíbe a pulverização aérea em todo o Rio Grande do Sul, pontua que o uso de produtos químicos nas lavouras não se restringe ao local sobrevoado, espalhando-se e chegando diretamente à população.

“Precisamos somar esforços para um novo modelo de agricultura que preserve o ambiente, respeite os consumidores e garanta aos agricultores novas técnicas de produção para que não morram antes do tempo”, declarou.

Sérgio Cardoso, coordenador do Projeto Rio Limpo de Gravataí, sustenta que a medida contribui para a recuperação da biodiversidade e o aumento da produção orgânica, além de ter impacto positivo na saúde das pessoas que residem na região. “É preciso uma mudança cultural”, afirmou.

O Rio Gravataí tem uma extensão de 39 km e é responsável pelo abastecimento de 1,2 milhão de pessoas.

** Com informações do MST-RS.*